

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2019
EDITAL Nº 002/2019

CONVITE Nº 002/2019

A Câmara Municipal de Buritis, com endereço a Rua Jardim nº 30, bairro Centro, CNPJ 20673732/0001-02, isento de inscrição estadual, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 005/2019 torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 002/2019, na modalidade Convite nº 002/2019, do tipo menor preço global, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, pela legislação pertinente e pelas demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

ENTREGA DOS ENVELOPES “DOCUMENTAÇÃO” E “PROPOSTA DE PREÇOS”:

LOCAL: Rua Jardim nº 30- Setor de Protocolo.

DIA: 16/01/2019

HORA: Até às **09:00 horas**

ABERTURA DOS ENVELOPES “DOCUMENTAÇÃO”:

LOCAL: Rua Jardim nº 30- Licitações.

DIA: 16/01/2019

HORA: **09h:30min.**

I - DO OBJETO

1 – Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa fornecedora de internet, conforme planilha anexa, para prestação de serviços na sede da Câmara Municipal de Buritis.

2 – Integram o presente instrumento:

- **Anexo I** – Minuta do Contrato;
- **Anexo II** – Descrição dos Produtos;
- **Anexo III** - Modelo da Proposta de Preços;
- **Anexo IV**– Modelo de declaração de observância ao disposto no inciso XXXIII, Artigo 7º da Constituição Federal, e;
- **Anexo V** – Modelo de declaração de idoneidade.

II - ÁREA SOLICITANTE

Legislativo - Presidência.

III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que se enquadrem no ramo de atividades do objeto deste edital e que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório.

2 - As empresas não convidadas, interessadas em participar da licitação, deverão:

2.1 - Formalizar a manifestação de interesse até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para entrega dos envelopes, por meio de expediente entregue na Comissão Permanente de Licitação ou enviado por meio do fac-símile nº (38) 3662-1527, sob pena de desqualificação;

2.1.1 - A licitante que apresentar manifestação de interesse por fax deverá confirmar seu recebimento junto à Comissão Permanente de Licitação.

3 - Cópia deste instrumento convocatório permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no átrio do Edifício - Sede da Câmara Municipal de Buritis e poderá ser obtida junto à Comissão Permanente de Licitação desta Câmara, no horário de 8:00 horas às 12:00 horas de segunda a sexta feira ou através do site/link [http://www.buritis.mg.leg.br/transparencia/licitações e contratos](http://www.buritis.mg.leg.br/transparencia/licitações_e_contratos).

4 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

4.1 - que estiver incurso nas penalidades previstas no art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93;

4.2 - com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;

4.3 - em consórcio;

5 - A observância das vedações do item acima é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

IV - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

1 - Os documentos de habilitação e a proposta de cada licitante deverão ser apresentados em envelopes distintos, indevassáveis e colados, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO
“DOCUMENTAÇÃO”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2019
CONVITE Nº 002/2019
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO
“PROPOSTA DE PREÇOS”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2019
CONVITE Nº 002/2019
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

V - DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

1- Os envelopes “Documentação” e “Proposta de Preços” deverão ser protocolizados no Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Buritis, localizada Rua Jardim nº 30, Bairro Centro, CEP nº 38660-000, até a data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório (pagina 01).

1.1 - A Câmara Municipal de Buritis não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso do Setor de Compras e Licitações, e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos.

2 - A abertura dos envelopes “Proposta de Preços” será feita no mesmo local indicado no preâmbulo para a abertura dos envelopes “Documentação”.

2.1 - Na sessão de abertura dos envelopes “Documentação” poderão ser abertos os envelopes “Proposta de Preços”, se, tenha havido expressado desistência de interpor recursos de decisões referentes à fase de habilitação, nos termos do art. 43, inc. III e artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

2.2 - A licitante que se fizer representar deverá apresentar documento credenciando seu (sua) representante para tal fim, considerando-o (a) com poderes para praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, exceto os expressamente vedados, devendo este expediente ser entregue no ato pelo próprio preposto.

3 - Considera-se como representante qualquer pessoa credenciada pela licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para manifestar-se em seu nome.

3.1 - Somente o representante credenciado poderá usar da palavra, apresentar reclamações e assinar atas, bem como renunciar ao direito de interpor recurso.

3.2 - As licitantes deverão apresentar por escrito às manifestações que julgarem necessárias, as quais serão anexadas às atas das sessões de abertura dos envelopes de “Documentação” e “Proposta de Preços”.

VI - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - Os licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, com vigência plena até a data fixada para abertura dos envelopes “Documentação”:

1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2 Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade de Situação) - (CRF);

1.4 Prova de regularidade para com as fazendas; Estadual e Municipal da Empresa licitante;

1.5 Declaração de cumprimento do disposto no artigo 7º inciso XXXIII, da constituição federal;

1.6 Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado na junta comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, ou na junta comercial do Estado em que o proponente licitante possuir sua sede, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores com o objeto ora licitado;

1.7 Cópia de cédula de identidade e CPF do representante;

1.8 No caso específico de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), deverá ser apresentado ato de enquadramento, emitido pela junta comercial, informando que a empresa se enquadra como micro empresa ou empresa de pequeno porte, e comprovante que no decorrer do último mês não houve o desenquadramento de sua condição, não tendo a mesma incorrido em nenhuma das situações previstas no artigo 3º, § 4º e § 6º, incisos I a X, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. A falta de apresentação da declaração especificada acima não inabilitará a licitante, entretanto a mesma não fará jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/6 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

2 - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente.

2.1 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados na reunião de abertura dos envelopes “Documentação”.

2.2 - Os documentos mencionados acima não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de fax, mesmo se autenticado.

2.3 - Os documentos retirados pela *internet* terão sua autenticidade certificada junto aos *sites* dos órgãos emissores.

3 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará a proponente, impossibilitando a abertura do envelope “Proposta de Preços” respectiva.

4 - Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

4.1 - Considera-se vencida a fase de habilitação quando todos os interessados desistirem da faculdade de recorrer, ou quando decorrer o prazo para recurso sem que seja interposto, ou, ainda, quando os recursos interpostos forem decididos.

VII - DA PROPOSTA DE PREÇOS

1 - A proposta poderá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, em que conste, obrigatoriamente:

1.1 - Preço unitário, em numeral e por extenso.

1.2 - Indicação do prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

1.3 - Identificação e CNPJ da empresa proponente;

2 - O preço unitário da proposta deverá ser expresso em numeral e por extenso, em moeda corrente do país, nele incluídos todos os impostos, taxas e seguros;

2 - A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

VIII – DO JULGAMENTO

1 - Para o julgamento da proposta mais vantajosa levar-se-á em conta, como fator determinante, o menor preço unitário, desde que observadas às especificações e outras condições estabelecidas neste instrumento convocatório e legislação pertinente.

2 - Será desclassificada a proposta que:

2.1 - Não atenda aos requisitos deste instrumento convocatório;

2.2 - Apresente preço unitário ou global simbólico, de valor zero, superestimado ou manifestamente inexequível, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do art. 44 e nos incisos I e II do art. 48, da Lei Federal nº 8.666/93; conforme planilha orçamentária anexa a este instrumento.

2.3 - Apresente preço baseado em outra (s) proposta (s), inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor;

2.4 - Contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeitos de linguagem ou outras irregularidades que impossibilitem o julgamento;

3 - Em caso de divergência entre o preço unitário expresso por extenso e por numeral, prevalecerá o primeiro.

4 - Em caso de divergência entre o preço unitário da proposta e o valor total, prevalecerá o primeiro.

5 - Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, nos termos do § 2º, do art. 45, da Lei nº 8.666/93.

7 - Para julgamento das propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

8 - A Comissão Permanente de Licitação poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

9 - As propostas que omitirem o prazo de validade previsto no subitem 1.3 do Título VII deste instrumento convocatório **serão entendidas** como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

IX – DO PAGAMENTO

1 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Câmara Municipal de Buritis, por processo legal, após apresentação da Nota Fiscal;

1.1 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

3 - O pagamento será efetuado após emissão de ordem de serviços/fornecimento.

X - DOS RECURSOS

1 - Das decisões da Comissão Permanente de Licitação caberão recursos, nos termos do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, após a divulgação dos resultados.

2 - Quaisquer recursos relativos a esta licitação deverão ser interpostos no prazo legal, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, AOS CUIDADOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, devendo ser protocolizados no Setor de Licitação da Câmara Municipal de Buritis, ou enviados através do fac-símile nº (38) 3662-1527.

2.1 - Na hipótese de utilização do fac-smile, os originais deverão ser protocolizados na Câmara Municipal de Buritis, Setor de Licitação, até 05 (cinco) dias corridos da recepção do instrumento de recurso, sob pena de não acolhimento por esta Câmara.

2.2 - Quem fizer uso do sistema, torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido e pela posterior protocolização do original, nos termos do subitem anterior.

2.3 – A Câmara Municipal de Buritis não se responsabilizará por recursos endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do Setor de Licitação, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

3 - Interposto recurso, dele será dada ciência às licitantes, através de comunicação escrita, que poderão impugná-lo no prazo previsto no art.109 da Lei nº 8.666/93.

3.1 - As impugnações ao recurso também poderão ser enviadas através de fac-símile, e a elas serão aplicadas às disposições previstas nos subitens 2.1, 2.2 e 2.3 do item anterior.

4 - Poderá ser interposta impugnação aos termos do instrumento convocatório, dirigida à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, devendo ser protocolizada, no prazo legal, no local descrito no subitem 2.1 deste Título.

4.1 - O poder de representação do signatário do instrumento de recurso ou das impugnações aos recursos e aos termos do instrumento convocatório deverá ser comprovado.

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pela área competente da Câmara Municipal de Buritis, sob o nº 01.01.01.01.031.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha: 00013.

2 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificadas e envelopes “Proposta de Preços” das licitantes inabilitadas.

3 - Para análise da documentação ou proposta, a Comissão Permanente de Licitação poderá promover diligência junto às licitantes, para fins de esclarecimento, em qualquer fase da licitação, conforme disposto no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/93.

3.1 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório.

3.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

4 - Para atender a seus interesses, a Câmara Municipal de Buritis reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos aos limites estabelecidos no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

5 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

6 - As solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas por escrito, até 48 (quarenta e oito) horas antes da abertura dos envelopes, para a Comissão Permanente de Licitação, no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Buritis, ou através do fac-smile nº (38) 3662-1527, sob pena de não acolhimento. Outras informações relativas à presente licitação poderão ser obtidas através do telefone (38) 3662-1527.

8 - Fica eleito o foro da Comarca de Buritis, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Buritis - MG, 09 de janeiro de 2019

ELAINE ELÉIA CERQUEIRA MEDEIROS
Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO I
MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS

A CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ n° 20.673.732/0001/02, com sede na Rua Jardim n° 30 bairro Centro, em Buritis, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, e a empresa (***), com sede na (***), bairro (***), registrada no CNPJ sob o n° (***), a seguir denominado **CONTRATADA**, neste ato representada por (***), portador do RG: (***) e do CPF n° (***), resolvem firmar o presente contrato de aquisição de bens, sob a regência da Lei Federal n° 8.666/93 e suas modificações, e mediante a seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - Constitui da presente licitação a contratação de empresa fornecedora de internet, conforme planilha anexa, para fornecimento na sede da Câmara Municipal de Buritis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

São condições gerais do presente contrato:

I – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pelo **CONTRATADO**, sem autorização por escrito do **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

II - Para atender a seus interesses, o **CONTRATANTE** poderá alterar quantitativos do objeto contratado, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65, da Lei Federal n° 8.666/93.

III – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

IV – A tolerância do **CONTRATANTE** com qualquer atraso ou inadimplemento por parte do **CONTRATADO** não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo o **CONTRATANTE** exercer seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações das partes:

I – DO CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento, após emissão da nota fiscal/fatura de acordo com a Ordem de Serviço/Fornecimento;

- b) Comunicar à **CONTRATADA** quaisquer fatos ou alterações verificadas durante a vigência do contrato.
- c) A contratante indicará executar de contrato para acompanhamento e fiscalização e responsável por atestar as notas fiscais.

II - DO CONTRATADO:

- a) - Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

I – A **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de R\$ (***) pelo fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza à Câmara Municipal. Com valor estimado em R\$ (***)).

II – De acordo com o Governo Federal poderá haver reajustamento de preço para mais ou para menos, sendo necessário a formalização de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária 01.01.01.01.031.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha: 00013.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES

Pelo descumprimento total ou parcial das condições estipuladas, a **CONTRATADO** ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o **CONTRATANTE**, e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis, garantindo-se a **CONTRATADO** o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas decorrentes do descumprimento contratual:

I – 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do contrato.

II – 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento do mesmo.

III – 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, no caso da adjudicatária injustificadamente, desistir do contrato.

§ 2º - O recolhimento das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria, ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido judicial ou extrajudicialmente, podendo ser por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

I – Nos casos de rescisão extrajudicial por ato unilateral do **CONTRATADO** será notificado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

II – Além das hipóteses previstas no inciso acima o contrato poderá ser rescindido sempre que o **CONTRATADO** agir dolosamente.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do objeto deste contrato será realizada pela Comissão de Licitação e Controle Interno da **CONTRATANTE**, observados os arts. 73 a 76 da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº 002/2019, que lhe deu causa, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente instrumento será publicado no quadro de avisos da Câmara e Prefeitura Municipal de Buritis. Por conta do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Buritis, xx de xxx de 2019

Presidente

Contratado

Testemunhas:

CPF:

CPF:

ANEXO II – DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 50 megas byte para fornecimento no período de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.
- 3 aparelhos em comodato para acesso a internet.

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Processo licitatório nº 002/2019
Edital nº 002/2019
Convite nº 002/2019

À
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS – MG

Prezados Senhores,

A Signatária....., CNPJ....., vem respeitosamente apresentar a nossa proposta de preços, em 1 (uma) via, para aquisição pela promotora relativa a Carta Convite n.º 002/2019.

1 – O preço unitário e total de cada item solicitado é:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VL. UNITÁRIO NUMERAL E EXTENSO	VL. TOTAL VALOR E EXTENSO
01	***	***	R\$	R\$

2– O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de apresentação da proposta.

Atenciosamente,

Local e data
Nome e assinatura da Licitante
Representante legal

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DO INC. XXXIII, ART. 7º DA CF

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2019

EDITAL DE CARTA CONVITE: 002/2019

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS – MG

Prezados senhores,

A proponente, abaixo assinada participante do processo licitatório modalidade Carta Convite 002/2019, por seus representantes credenciados declara na forma e sob as penas impostas pela lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e demais legislação pertinente que nos termos do inciso 6º da Lei 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser verdade, firmamos o presente,

Local e data

Nome e assinatura do representante legal
Da empresa proponente.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2019
EDITAL Nº 002/2019

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS – MG

Prezados senhores,

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório Carta Convite nº 002/2019, instaurado pela Câmara Municipal de Buritis-MG, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o poder público, em qualquer de suas esferas.

Por ser verdade, firmo o presente,

Local e data

Nome e assinatura do representante legal
Da empresa proponente.